

Arqueologia Brasileira:

visão geral e reavaliação.

PEDRO PAULO A. FUNARI

In english pp. 281-290.

1. Introdução

A Arqueologia brasileira ainda é bastante desconhecida no país e no exterior e, mesmo no mundo acadêmico, ela é, provavelmente, percebida como uma disciplina auxiliar, ligada ao passado mais remoto. Para as pessoas comuns, a Arqueologia, se significa alguma coisa, é uma prática aventureira que deve ser levada a cabo no Egito ou em qualquer outro lugar, mas não no Brasil, já que nos faltam pirâmides e outras ruínas interessantes. A Arqueologia pré-histórica, no que diz respeito aos nativos americanos, é comumente desprezada como uma desnecessária procura por índios bárbaros e incivilizados. A única exceção é o caso da atenção despertada na mídia e, como efeito colateral, na população, pelos mais antigos vestígios humanos descobertos no país. Entretanto, mesmo neste caso o interesse não está diretamente relacionado com o testemunho arqueológico ou com a pesquisa de campo, mas com a possível primazia do Brasil a este respeito. Na academia, por seu lado, a Arqueologia é ainda considerada como uma auxiliar da História: ela pode prover ilustrações incidentais de fatos conhecidos desde documentos contemporâneos nos períodos históricos e coletar artefatos pré-históricos. Em ambos os casos, contudo, a análise deve ser deixada para historiadores ou antropólogos.

O primeiro objetivo deste ensaio é discutir como a história da Arqueologia no Brasil explica a maneira pela qual ela é entendida pelas pessoas comuns e pelos estudiosos no Brasil e no exterior. O único caminho para entender o desenvolvimento da Arqueologia no Brasil é estudar as relações entre a sociedade e suas mudanças e a prática científica. Ainda que existam alguns estudos da história desta matéria no país (Mendonça 1991), não existe um estudo específico das relações entre as mudanças sociais e políticas e as resultantes transformações na Arqueologia. Portanto, o primeiro objetivo deste artigo é fornecer uma interpretação social da Arqueologia brasileira. Embora existam agora milhares de *papers* já publicados sobre o trabalho de campo arqueológico (cf. Prous 1991:577), a maioria esmagadora dos trabalhos é meramente descritiva. Isto é explicado pela história do país e da disciplina e pelo *establishment* arqueológico controlando largamente a matéria no Brasil. Escolhi três assuntos como exemplos representativos da Arqueologia pré-histórica brasileira e suas características: a antiguidade do homem no Brasil, a abordagem ecológica e seus recentes desafios e os estudos da arte rupestre. Duas abordagens incomuns são usadas como exemplos de como a Arqueologia vem se desenvolvendo em relação aos períodos históricos e suas aplicações em educação. Finalmente, há um esquema de tendências teóricas e concluo avaliando as perspectivas da Arqueologia no Brasil.

2. História da Arqueologia no Brasil

a. Período Colonial (1500-1822)

Existem poucas referências nas fontes coloniais a sítios arqueológicos, ainda que Fernão Cardim (1925) se refira a montes de conchas, conhecidos no Brasil pelo seu nome tupi "sambaquis", e os soldados de Feliciano Coelho, já em 1598, mencionem inscrições em rochas (Prous 1992:5). Entretanto, viajantes e escritores como Yves d'Euvreux (1985), Gabriel Soares (1944), Carvajal (1942), Padre Anchieta (1988), André Thevet (1944), Jean de Léry (1942) e Hans Staden (1930), juntos com outros, descrevem os habitantes nativos e sua cultura, fornecendo dados sobre a cultura material indígena. Graças a estas fontes, é possível estudar assentamentos nativos, dando conta, integralmente, das evidências históricas relativas à área da Bacia Amazônica Oriental (Porro 1992; Renard-Casevitz 1922; Taylor 1922; Erikson 1922; Wright 1922), da Região Norte da Amazônia (Farage et Santilli 1922; Menéndez 1992; Amoroso 1922), da área Sul da Amazônia (Perrone-Moisés 1992; Franchetto 1922; Lopes da Silva 1992), do Nordeste (Paraíso 1922; Dantas, Sampaio et Carvalho 1922), do Sudeste (Carvalho 1992), do Sul (Monteiro 1992; Kern 1982) ou de todo o país (Fausto 1992). As evidências obtidas destes documentos compõem-se de descrições escritas, bem como de desenhos e pinturas, que são realmente úteis em termos da análise das evidências materiais. Os desenhos de Hans Staden são, talvez, o melhor exemplo daquelas primeiras evidências, mas para seu uso nós precisamos estar conscientes das idéias pré-concebidas daqueles antigos autores. Recentemente, Fleischmann e Assunção (1991) estudaram estes documentos e enfatizaram que eles estavam não descrevendo mas interpretando os costumes nativos de acordo, não apenas com sua própria ideologia, mas, também, com os seus interesses. Isto significa que as fontes coloniais, a iconografia e igualmente os documentos escritos, além de sua utilidade real, podem ser interpretados no seu contexto social. Eles são eminentemente preconceituosos contra os nativos americanos, africanos e também europeus pobres e, portanto, eles precisam ser estudados cuidadosamente pelos arqueólogos.

b. O Império Brasileiro (1822-1889)

Peter Wilhelm Lund, nascido em Copenhague em 1801, é considerado o primeiro estudioso que tratou da Pré-História brasileira. Chegou ao Brasil em 1825, permanecendo por três anos e voltando em 1833. Lund estabeleceu um laboratório paleontológico numa pequena cidade da Província de Minas Gerais, Lagoa Santa, onde encontrou fósseis humanos e animais (Mattos, s.d.). O imperador D. Pedro II, educado sob a influência clássica do *Bildungsideal* alemão, o *slogan* do *alles wissen, alles tun*, foi em pessoa a Lagoa Santa para visitar o estudioso dinamarquês. Nos anos de 1834 a 1844 Lund examinou umas oitocentas cavernas e encontrou fósseis de milhares de anos. Ele coletou material e estudou uma variedade de fauna extinta. Ele esteve no lago Sumidouro, onde encontrou ossos humanos associados a animais extintos. Paleontólogos que seguiam Cuvier, como seu aluno Lund, consideravam que tinha havido um dilúvio universal bíblico e a associação de restos humanos com animais extintos exigia que o homem tivesse vivido, no Novo Mundo, antes do Dilúvio. Isto mostra que Lund não estava tão seguro da teoria de Cuvier sobre o Dilúvio Universal e de sua aplicação às Américas. Entretanto, Lund era um cristão convicto e ele escolheu não desafiar as idéias correntes, preferindo ao invés isolar-se e evitar atitudes controversas. Lund, como um líder pioneiro, é um bom exemplo das tensões provenientes do trabalho científico-arqueológico no Brasil: dogma e crenças estabelecidas, quando desafiadas pela evidência, tenderam a prevalecer e a forçar as pessoas a obedecer (cf. abaixo "a abordagem ecológica" para outro exemplo das tensões surgidas de dados que subvertem os modelos interpretativos vigentes).

Ao mesmo tempo, o Museu Nacional, graças a Charles Wiener (1876), iniciou pioneiramente os estudos de material lítico, enquanto o canadense Charles Friedrich Hartt (1871; 1872; 1874; 1876; 1885) chegou à Bacia Amazônica, região estudada também por Ferreira Penna (1876) e Barbosa Rodrigues (1876; 1892). Karl Rath (1871) estudou os montes de conchas (sambaquis) e

o estudioso alemão Fritz Mueller foi admitido no Museu Nacional como pesquisador de material natural e humano. Todas estas atividades eram devedoras do caráter Iluminista da corte real brasileira. Durante toda a segunda metade do século dezanove, graças a D. Pedro II e sua visão européia, havia uma responsabilidade oficial em diferentes campos, tal como Paleontologia e Etnologia. Ladislau Neto (1876; 1885; 1885) como diretor do Museu Nacional foi, talvez, o primeiro brasileiro a estudar explicitamente e escrever sobre Arqueologia enquanto tal. Neto pesquisou americanos nativos e estava realmente em contato com modelos acadêmicos internacionais. Sua troca de correspondência com o estudioso francês Ernst Renan é um bom exemplo da excelente comunicação entre estes primeiros cientistas brasileiros. Está claro que desde seus primórdios a Arqueologia no Brasil estava ligada a influências estrangeiras e patrocínio do Estado.

c. A Primeira República (1889-1920)

O primeiro período republicano continuaria a ser dominado por pessoas ligadas a museus. Graças à crescente importância do Estado de São Paulo na Federação e, também, como resultado da sua hegemonia econômica, houve uma substituição, no país, da Corte no Rio de Janeiro pela nova elite paulista. Isto explica o papel que o Museu Paulista exerceu no seu campo desde o início do século. Havia pessoas estudando em outros lugares, como o suíço Emilio Goeldi (1897-98; 1900), que explorou a Bacia Amazônica a partir do seu posto no Museu do Pará (hoje "Museu Paraense Emilio Goeldi"); ou Alberto Loefgren (1893; 1903), que estudou montes de conchas em São Paulo e Rio de Janeiro, assim como Ricardo Krone (1902; 1909; 1910; 1914; 1918). Entretanto, foi em São Paulo que aconteceram as atividades mais permanentes. O estudioso alemão Hermann von Ihering (1895; 1902; 1904; 1907; 1911) tornou-se diretor do Museu Paulista em 1895, cargo em que permaneceu até 1916, quando foi demitido por razões políticas (Losano 1992:99). Embora Ihering fosse um racista, ainda que tenha defendido o extermínio dos índios nativos no Brasil, e a despeito do fato dele ter-se oposto à idéia de que montes de conchas eram evidência de assentamentos humanos pré-históricos, ele poderia ser considerado como o primeiro ideólogo conservador da Arqueologia brasileira. É interessante notar que ele estava ao mesmo tempo fora de sintonia com a pesquisa moderna da Europa e que era politicamente reacionário. O *establishment* do conservadorismo nascido nos anos 60 (cf. item "f" abaixo), poderia ser considerado herdeiro desta visão. Teodoro Sampaio (1916; 1918; 1922) foi, talvez, o melhor exemplo desta geração de estudiosos pioneiros, nenhum dos quais arqueólogo profissional: ele produziu um ensaio geral sobre "Arqueologia Brasileira" (1922) e era alguém que acreditava sinceramente que marcas nas rochas poderiam ser interpretadas como escrita hieroglífica.

d. Os anos de 1920 a 1940

Ocorreram algumas importantes mudanças no Brasil neste período, particularmente em termos de convulsão política, social e cultural. Rebeliões, revoluções e ditaduras andaram passo a passo com transformações culturais. Modernismo e idéias tardias, fascista e comunista, levaram à emergência do povo no discurso intelectual. Os intelectuais vinham agora ao encontro dos interesses populares e as massas eram o objeto do discurso intelectual e, ainda, o público principal deste discurso. A fundação da primeira universidade do Brasil, no início dos anos 30, a Universidade de São Paulo (USP) foi resultado direto desta nova situação. Como um efeito colateral, a Arqueologia começou a levar o público em consideração e tentou, pela primeira, vez levar a cabo uma análise taxonômica científica.

Este período testemunhou então dois novos desenvolvimentos: o estudo das coleções de artefatos e a publicação de manuais. Anibal Mattos continuou a tradição dos primeiros períodos mas produziu manuais escolares, especialmente sobre material proveniente do estado de Minas Gerais. O Guia de Pré-história Brasileira de Anibal Mattos (1938) é ainda digno de ser lido, particularmente sua avaliação introdutória das disputas entre diferentes profissionais. Angyone Costa (1934; 1935; 1936) produziu a primeira introdução à Arqueologia e Pré-História brasileiras.

Frederico Barata (1944; 1950; 1952) escreveu a primeira introdução à arte pré-histórica do Brasil. O argentino Antônio Serrano (1937; 1938; 1940; 1946) estudou as coleções brasileiras de artefatos e então estabeleceu um novo campo na Arqueologia brasileira. Todo este período anterior à introdução da Arqueologia no mundo acadêmico do Brasil (isto é, antes dos anos 50) é comumente desprezada pelos estudiosos da História da Arqueologia Brasileira. Entretanto, a publicação dos primeiros manuais e o início dos estudos de coleção não deveriam ser subestimados, considerando-se que a Arqueologia no Brasil continua vagarosamente atrás de alguns outros países da América Latina nestas áreas. O que significa que este período de formação deveria ser reinterpretado como um importante marco delimitador. Se existiu, depois, uma carência de manuais e de estudos de coleção, notavelmente após 1964, as razões não devem ser procuradas no período dos anos de 1920 a 1950, mas antes no arrocho militar ao mundo acadêmico nos anos de 1960 a 1970.

e. O início da pesquisa universitária (1950 a 1964)

Depois da Segunda Guerra Mundial o Brasil viveu seu maior período democrático. A participação de soldados brasileiros na luta dos aliados contra o fascismo na Europa (1942-1945) estabeleceu a base para a derrubada da ditadura no Brasil (1937-1945). A democracia significou a introdução dos interesses populares no discurso intelectual e a expansão da Universidade e de outras instituições de ensino por todo o país. Além disso, a industrialização, especialmente no Sul, foi responsável pela disponibilidade de relativamente volumosos recursos a serem usados em atividades culturais.

Foi neste contexto que a Arqueologia acadêmica ou erudita foi criada sob a direção do humanista brasileiro Paulo Duarte. Graças à sua amizade com Paul Rivet, diretor do Musée de l'Homme, em Paris, França, e afinado com seu próprio esforço pelos direitos humanos no Brasil, Duarte criou a Comissão de Pré-História da Universidade de São Paulo (USP) em 1952. Duarte, como um destacado intelectual brasileiro, foi capaz de redirecionar as características da matéria no Brasil. Paroquial, racista, fora de sintonia, estas eram as características evidentes da Arqueologia brasileira na tradição de Ihering e outros. Duarte não era um diretor de museu pretendendo ser um *scholar*, como era usualmente o caso antes e depois dele, mas ele era um intelectual e um ativista dos direitos humanos que lutou para introduzir princípios éticos na própria criação da Arqueologia como uma disciplina acadêmica. Duarte também agiu politicamente, para que a lei protegesse o patrimônio brasileiro: graças a seus esforços, o Congresso brasileiro elaborou um projeto de lei federal (3537/57, aprovado em 1961 como Lei 3924) protegendo bens pré-históricos (Duarte, 1958). Duarte estudou montes de conchas (1952; 1955; 1968; 1969) e também trabalhou para persuadir Joseph Emperaire e Annette Laming-Emperaire (1975) a realizarem trabalho de campo no Brasil. A Arqueologia brasileira estava sendo conduzida para um novo importante conceito emprestado diretamente do humanismo francês: Deontologia. Infelizmente, a ética seria a primeira a sofrer com a dominação militar no país.

f. O período militar e a constituição de um *establishment* arqueológico (1964-1985)

Em primeiro de abril de 1964, ocorreu um golpe militar e, como resultado, os militares estiveram no poder até 15 de março de 1985. Os mais de vinte anos de governo autoritário significou que todo tipo de abusos contra os direitos humanos foram cometidos. De 1964 a 1968 a repressão era frequentemente relacionada com a supressão das liberdades formais. Desde 1968 os militares adotaram as mais violentas práticas, como expulsão, detenção sem julgamentos, tortura, assassinatos. Na academia, estas manobras significaram censura primeiro e expulsão mais tarde. Lentamente, o processo de relaxamento da repressão veio desde o final dos anos 70 até 1985.

Em termos da Arqueologia, os principais atores deste período foram dois americanos. O casal Clifford Evans e Betty Meggers (1947; 1954) estiveram na foz do Amazonas desde 1949 e produziram alguns *papers* antes de 1964. Entretanto, foi somente depois do golpe militar de abril

de 1964 que eles foram capazes de criar toda uma rede de apoios que poderia resultar no desenvolvimento de um *establishment* arqueológico. O projeto erudito de Arqueologia, como proposto por Duarte, foi combatido pelos governantes, a princípio de forma moderada. Duarte e seus objetivos humanistas eram recusados no período de 1964 a 1969 com a mais sutil mas efetiva arma: recursos financeiros (ou melhor, sua ausência). Os cortes nos orçamentos da Universidade em geral afetavam em primeiro lugar as Ciências Humanas e Sociais. No caso da Arqueologia humanista, restrições orçamentárias significavam um poderoso meio de impedir seu desenvolvimento. Esta estratégia branda foi alterada quando os militares começaram a usar a força bruta para dominar o país e submeter os intelectuais em geral. Um claro sinal da nova e violenta disposição das autoridades era o apoio oficial aos esquadrões da morte, nos fins dos anos 60, apresentando os brasileiros a um novo e repugnante conceito, o de "pessoa desaparecida". A vida intelectual sofreu algumas mudanças radicais. Nas palavras de Octávio Ianni (1978:220;239):

"Para aqueles que controlaram o poder do Estado, desde o golpe de 1964, existia e existe [em 1978] uma necessidade de controlar, de marginalizar, de reprimir ou suprimir vozes discordantes. A política cultural no Brasil no período 1964-1978 divide os intelectuais em três categorias. Existe uma produção intelectual encorajada ou protegida; isto é, a única oficial. Para os homens no poder, esta é a única produção legítima. Então, existe a produção supervisionada e tolerada. Finalmente, existe a proibida, a censurada."

O *establishment* arqueológico criado pelos militares seguiu o curso da linha oficial, usando os termos de Ianni. A Arqueologia brasileira estava novamente nas mãos de diretores de museus e outros funcionários burocráticos. Talvez o melhor (ou pior) exemplo se refira a Paulo Duarte. Ele foi expulso da Universidade em 1969 e somente agora, graças à publicação de documentos do Arquivo Paulo Duarte, guardado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), as razões por trás de sua perseguição começam a ficar claras (documentos inéditos em breve serão publicados pela Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP e pela Revista Brasileira de História).

No período 1965-1971, Evans and Meggers (Smithsonian Institution) organizaram o Projeto Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRONAPA), reunindo o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Patrimônio Brasileiro (então chamado SPHAN, hoje IBPC) e a maior parte dos profissionais do Sul e do Nordeste. Além de treinar uma nova geração de pesquisadores de campo, os objetivos do PRONAPA incluem levantamentos e testes por todo o país. Desde os anos 70, ocorreram a criação ou desenvolvimento dos seguintes centros arqueológicos (apenas os principais são mencionados aqui):

1. Estado de São Paulo

- Instituto de Pré-história. Fundado em 1952 por Paulo Duarte como Comissão de Pré-história, continuou ativo até 1989, quando tornou-se parte do novo Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-USP). Depois da expulsão de seu fundador, Paulo Duarte, em 1969, o Instituto permaneceu sem um diretor formal até 1977, havendo algumas tentativas de fechá-lo. Segundo Paulo de Blasis e S.C.M. Piedade (1991), desde 1952 até 1989, cerca de 100 *papers* foram produzidos direta ou indiretamente relacionados ao IPH, por cerca de 60 autores.
- Museu Paulista. Até 1989, havia uma seção de Pré-História neste museu, ativa em escavações no Oeste do Estado. Esta seção juntou-se ao IPH para formar o novo MAE-USP.
- Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). Nos anos 70, havia uma seção de Pré-História Brasileira. Desde 1989, tudo em Arqueologia pré-histórica dos museus da Universidade foi levado para o novo MAE-USP.

2. Outros Estados

- Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Pará.
- Núcleo de Estudos Arqueológicos (NEA), Universidade Federal de Pernambuco.
- Museu Antropológico, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro.
- Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Instituto de Arqueologia Brasileira, Rio de Janeiro.
- Museu de História Nacional, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Museu Nacional do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Museu do Homem Americano, Piauí.
- Museu Antropológico, Universidade Federal de Goiás.
- Instituto Anchetiano de Pesquisas Arqueológicas, São Leopoldo, Rio Grande do Sul.

Cursos de graduação em Arqueologia foram criados em algumas universidades, notadamente na Universidade de São Paulo e na Universidade Federal de Pernambuco. Em 1980, o *establishment* arqueológico estava apto a organizar uma conservadora Sociedade para a Arqueologia Brasileira (SAB). André Prous (inédito) enfatizou recentemente que "a 'geração pioneira' fundou a Sociedade para a Arqueologia Brasileira e estabeleceu uma estrutura hierárquica que a habilita a controlar o desenvolvimento da Arqueologia no país". Os principais jornais criados desde os anos 60 eram:

- Revista de Pré-história (publicada pelo IPH-USP até 1989).
- Dédalo (publicado pelo MAE-USP até 1989).
- Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia (desde 1991).
- Clio (publicada pela UFPE).
- Pesquisa (publicada pelo Instituto Anchetiano de Pesquisas Arqueológicas, São Leopoldo, Rio Grande do Sul).
- Revista do Museu Paulista (até 1989).
- Arquivos do Museu de História Natural (UFMG).
- Revista de Arqueologia (publicação do Centro Nacional de Pesquisas, CNPq).

A preservação do patrimônio tem sido desenvolvida no Brasil desde muito tempo, mas foi somente nos anos 30 que foram promulgados projetos de lei com relação à proteção de monumentos e em 1937 foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Este órgão mudou seu nome algumas vezes (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória) e atualmente, sob o nome de Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), existe um Departamento Nacional em Brasília e seções regionais em cada Estado do país. O Escritório Nacional em Brasília é um órgão de controle burocrático e os escritórios regionais são usualmente dirigidos por pessoas politicamente indicadas, às vezes auxiliadas por arqueólogos, arquitetos e outros estudiosos, na maioria das vezes sub-remunerados e impossibilitados de fazer valer decisões técnicas. Oficialmente todos os escavadores brasileiros precisavam requerer uma autorização ao Escritório Regional do Patrimônio Brasileiro, mas a maior parte do trabalho de campo, mesmo aqueles empreendidos fora do *staff* das universidades e museus, não foi registrado pelo Patrimônio Brasileiro. Isto se deve, além de outras razões, ao fato de que o caráter burocrático deste Escritório inibe os arqueólogos. Alguns Estados têm suas próprias fundações estaduais do Patrimônio, sendo provavelmente o mais importante o **Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo**. Os escritórios estaduais e nacional do Patrimônio estão sob influência política direta e estão, portanto, sujeitos a transformações drásticas de tempos em tempos (normalmente, após a troca de governo). O IBPC, por exemplo, foi extinto em 1990 como resultado do novo governo Collor e reinstituído alguns meses depois. Eles produzem, de tempos em tempos, livros e jornais mas que,

infelizmente, são o mais das vezes usados como propaganda política (cf. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil*, publicado em 1980 pelo SPHAN). Jornais como a **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** não são publicados regularmente e livros de alguma utilidade são apenas raramente publicados (como Arantes, 1984). Mais recentemente algumas das maiores cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre instituíram seus próprios serviços do Patrimônio, mas novamente suas atividades estão muito dependentes de partidos e lealdades políticas.

O estudioso espanhol José Alcina Franch (1983) publicou uma competente bibliografia sobre a Arqueologia das Américas até o início dos anos 80. Embora ele não tenha reunido todos os trabalhos desta área, sua bibliografia é, mesmo assim, uma boa amostra e nos habilita a comparar os dados de diferentes países. Alcina reuniu 7.610 títulos abrangentes, 221 dos quais de Arqueologia brasileira, divididos nos seguintes itens:

Assunto	(nº abs)	(%)

Brasil, em geral	28	12,6
Montes de conchas	42	19,0
Nordeste	17	7,6
Bacia da Amazônia Ocidental	9	4,0
Bacia Amazônica	49	22,1
Costa Leste e Sul	55	24,8
Oeste do país	9	4,0
Sítios paleolíticos	12	5,4

Total	221	100,0

Se compararmos estes dados com aqueles descritos para a Argentina, por exemplo, ficaremos espantados pelo fato de que existem 429 títulos para um país muito menor e menos povoado e que no entanto produz seis vezes mais *papers* por milha quadrada e 8,4 vezes mais *papers* por habitante que o Brasil). Neste período, nenhum manual foi produzido e a esmagadora maioria de *papers* era ou relatórios de escavações ou levantamentos de áreas, freqüentemente na forma de dissertações de mestrados ou teses de doutorados. Estes trabalhos normalmente tratam de um único sítio ou ainda de uma única temporada de trabalho de campo. Os títulos destas dissertações são muitas vezes esclarecedores a este respeito:

- Escavações arqueológicas no sítio de Corondo, temporada de 1978 (Carvalho, 1984).
- Resgate arqueológico na região de Tucurui (Costa, 1983).

g. Tendências atuais (de 1985 para cá)

"Eu conheço suficientemente a História para compreender que grandes crises se resolvem lentamente, e nós, pobres mortais, somente podemos nos orgulhar da nossa resignação". Estas palavras de Marc Bloch podem descrever os sentimentos entre os intelectuais brasileiros que sobreviveram à longa provação do regime militar (*in* Fink, 1991:54). Já nos fins dos anos 70, os cientistas sociais brasileiros estavam liberados para reintroduzir discussões livres na Academia e

como resultado, a História, Antropologia ou Sociologia tornaram-se cientificamente estruturadas no país e reconhecidas amplamente, com diversas escolas interpretativas ou tendências. Para a Arqueologia, ainda que isto tenha sido uma tarefa difícil por muitas razões, não alterou o fato de que o *establishment* arqueológico, impermeável a mudanças, continuou a controlar recursos para trabalhos de campo. Walter A. Neves (1988:205) enfatiza que "nem lei, nem determinação política, nem vontade governamental ou competência potencial pode sobrepor-se ao corporativismo acadêmico". Mesmo pesquisadores estrangeiros como Anna Roosevelt (1991:106-7) tiveram problemas para publicar suas descobertas e interpretações que contradissem verdades estabelecidas. Outros, como Denis Vialou e Águeda Vilhena Vialou, ainda que autores de alguns *papers* sobre a Pré-História brasileira publicados na França, estiveram sujeitos a diferentes ataques dos patronos locais.

Brasileiros continuam sendo vítimas de violações de direitos humanos, massacres pelas forças de segurança (Margolis, 1992) e pela atividade de esquadrões da morte (Rivera, 1992). Entretanto, a restauração do governo civil desde 1985 significou que a liberdade de expressão, pelo menos, era novamente possível. Foi possível desenvolver algumas abordagens não convencionais (cf. a quarta seção deste artigo) e a publicação de uma edição de *Les Dossiers d'Archéologie* (nº 169, março de 1992) confirma o testemunho do renovado florescer da Arqueologia brasileira. Além disso, o primeiro manual interpretativo em Arqueologia escrito por um brasileiro foi publicado em fins dos anos 80 (Funari, 1988) e Prous (1992) publicou uma longa (605 páginas) descrição das atividades arqueológicas no Brasil; *papers* de sumarização também têm sido publicados (e.g. Prous, 1987).

3. Algumas questões-chave em pré-história Brasileira

Três matérias são particularmente paradigmáticas em termos da Pré-História brasileira e suas contradições: a antiguidade do homem na América do Sul; a abordagem ecológica e as culturas pré-históricas no Brasil; a arte rupestre.

a. A antiguidade do homem na América do Sul

Tradicionalmente, desde os anos 70, as mais antigas datas relatando a presença do homem na América do Sul não eram anteriores a uns poucos 10.000 anos AP (Sanders & Marino, 1971:48). André Prous (1992:142) reconheceu, recentemente, que "todas referências a vestígios humanos datados de antes de 12.000 AP nas Américas continuam a ser desmentidas por muitos autores da América do Norte ou do Sul". Esta é a razão porque recentes propostas de arqueólogos brasileiros de que homens estavam no Brasil tão cedo quanto 50.000 AP ou mesmo 300.000 AP devem ser mencionadas aqui. Niede Guidon (1992), escavando em São Raimundo Nonato, no Estado do Piauí, afirmou que "o abrigo tinha sido usado pelos homens pré-históricos desde no mínimo cinqüenta mil anos... [de modo que] a área arqueológica em torno de São Raimundo Nonato tinha sido ocupada por homens desde 60.000 AP (Guidon 1992:40-1). Guidon (1992:38) explica a ocupação humana na América do Sul como o resultado de viagens diretas pelo Oceano Pacífico, graças a movimentos migratórios messiânicos datados dos anos 70.000 AP. Estes dados e esquemas explicativos são amplamente aceitos no Brasil, oficialmente nas reuniões SAB, e por diferentes autores como Manuela Carneiro da Cunha (1992:10-1) e Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (1992:10-11).

Maria da Conceição Beltrão, por sua parte, tem escavado em Central, no estado da Bahia, há muito tempo. Beltrão tem publicado muito, no Brasil e em outras partes (cf. Dillehay, Calderón, Politis & Beltrão 1992), sobre o primeiro assentamento da América do Sul. Já em 1987 Beltrão estabeleceu que:

"Prevalecente entre especialistas da Pré-História nas Américas, uma rigidez ortodoxa limita a ocupação humana no nosso continente a 13.000 AP, a despeito de crescente evidência em contrário resultante dos achados arqueológicos. Descrevemos neste *paper* a ocupação, pelo homem pré-histórico, de cavernas

calcáreas onde foram encontrados um artefato de quartzita, artefatos de ossos de fauna extinta, e também fogueiras de acampamentos. A mandíbula de um tipo extinto de urso associada com as descobertas foi datada em 300.000 AP, usando um método absoluto confiável. A presença humana neste local é portanto indiscutível quanto à sua antiguidade" (Beltrão 1987:276).

Beltrão datou camadas II e IV na Toca da Esperança pelo método urânio-tório, entre 204.000 e 295.000 AP. Esta ocupação humana do Médio Pleistoceno está em conexão com um assentamento humano na América do Sul (Beltrão, a sair). Beltrão (1988:17) propôs possíveis rotas migratórias diferentes para a América do Sul, incluindo uma "ponte gelada ligando África e América do Sul" datada de 300.000 AP.

As propostas de Guidon e Beltrão, com a importância que têm, obrigariam uma reinterpretação da Pré-História do mundo como um todo. Entretanto, suas datações e interpretações sobre os mais antigos assentamentos humanos da América do Sul são ainda largamente ignorados fora do país. Existe, portanto, um silêncio sobre as descobertas brasileiras (para usar sua terminologia) no discurso arqueológico internacional. Entretanto, existe também uma lacuna de diálogo entre estes estudiosos e os cientistas naturalistas que, estudando material genético, demonstraram que o assentamento humano da América do Sul chegou, necessariamente, pela América do Norte (Black, Pandey & Santos 1991:63). Não é necessário concordar ou discordar destas idéias mas, no fim das contas, será impossível evitar o diálogo entre os descobridores brasileiros e a erudição internacional (cf. Vialou & Vilhena Vialou 1992:9, defendendo uma abordagem moderada do assunto).

b. A abordagem ecológica e as culturas pré-históricas no Brasil

A teoria do determinismo ecológico proposta por Steward foi aceita como estratégia de pesquisa desde que os primeiros arqueólogos profissionais norte americanos chegaram à América Latina, muitas vezes ligados ao governo dos Estados Unidos e sua política externa, através do OSS (depois CIA) e do Departamento de Estado, de acordo com Anna Roosevelt (1991:106). Graças aos seus métodos de trabalho de campo e análise, a abordagem ecológica era difícil de se contestar. Além disso, no caso do Brasil, o *establishment* nascido dos ensinamentos de Meggers impediu a pesquisa independente e as interpretações discordantes, sendo o melhor exemplo desta abordagem ecológica tradicional o livro de Meggers (1971) sobre a *Amazônia: homem e cultura num falso paraíso*. De acordo com Meggers, o clima tropical foi responsável por uma suposta decadência progressiva dos traços andinos na bacia amazônica. Entretanto, diferentes autores, como Brochado (1980), Lathrap (1968;1970) e Rouse (1953), já nos anos 50, desafiavam a abordagem ecológica determinista. Donald Lathrap, Professor da Universidade de Illinois, era um arqueólogo inovador e tornou-se o maior proponente da prioridade cronológica e complexidade cultural na Pré-História amazônica, em oposição aos pontos de vista de Meggers e Evans. No entanto, foram bem sucedidos em excluir Lathrap e seus alunos de qualquer trabalho de campo na Amazônia graças ao uso de sua influência política (Roosevelt 1991:106). José Proenza Brochado foi aos Estados Unidos para estudar sob a supervisão de Lathrap e produziram ambos um extenso estudo da bacia amazônica. Eles desafiaram mais decididamente a abordagem ecológica determinista com as últimas evidências materiais e a hipótese de um primitivo povoamento inicial da Amazônia por bandos de pescadores sedentários e horticultores domésticos, cobrindo toda a distância entre a foz do Amazônia e o sopé oriental dos Andes, entre cerca 14.000 e 11.000 AC (Brochado & Lathrap 1982:18). Mais recentemente Anna C. Roosevelt (1989; 1992) estudou a bacia amazônica e concluiu que:

"Recente pesquisa arqueológica interdisciplinar na bacia revela uma longa seqüência de desenvolvimento pré-histórico, com crescimento populacional progressivo, significativa inovação cultural em certas áreas e, nos tempos pré-históricos tardios, o desenvolvimento de complexas sociedades

indígenas. A derrota destas sociedades ante os europeus no século dezessete, e a subsequente dizimação e simplificação cultural dos refugiados do interior, está documentada pela pesquisa sobre o período da conquista (...) a teoria do determinismo ambiental teve sua origem no etnocentrismo a-histórico e em atitudes neocoloniais de antropólogos euro-americanos em relação aos trópicos mais que, primeiramente, na evidência ambiental histórica e arqueológica da Amazônia (...) Estas informações obrigam-nos a reinterpretar os dados sobre história ambiental, demografia humana, cultura material, economia e organização sócio-política na Amazônia. Especialmente, exigem ainda a consideração do impacto da expansão colonial sobre sociedades indígenas tradicionalmente tratadas pelos antropólogos como materialmente inalteradas pelo processo." (Roosevelt 1991:133-4)

Como a abordagem ecológica foi imposta no Brasil pelo PRONAPA, ela continua a dominar os poucos esquemas interpretativos propostos por arqueólogos brasileiros. Já é hora de novas evidências e interpretações desafiadoras, não apenas em relação à área da Bacia Amazônica mas para todo o resto do país, serem produzidas e debatidas (para ser remetido aos problemas teóricos, veja Lee, 1992).

c. Arte rupestre

Os estudos de arte rupestre representam um campo especial de pesquisa na Arqueologia brasileira por duas razões principais: a arte rupestre foi a única matéria estudada por muitos anos, o que permitiu o estabelecimento de um compreensível *corpus* de material arqueológico publicado. Ademais, e como uma consequência, foi possível propor classificações e definições de diferentes estilos e períodos no tempo. A despeito do grande número de descrições de artefatos arqueológicos de pedra e cerâmica, deveria ser enfatizado que apenas os estudos de arte rupestre estavam habilitados a completar um programa extensivo de publicação e classificação. Isto é suficiente para evidenciar a singularidade desta disciplina na Arqueologia brasileira. É muito natural que os estudos de arte rupestre desenvolvessem-se antes e fora da influência dos esquema do PRONAPA. Isto graças a Paulo Duarte, que trouxe ao Brasil a célebre estudiosa francesa de arte rupestre Annette Laming Emperaire, em diferentes períodos desde o começo dos anos 50 (cf. Laming & Emperaire 1968). Annette Laming Emperaire publicou no início dos anos 60 seu *La signification de l'art rupestre paléolithique* (Laming Emperaire, 1962) e pode interpretar a arte rupestre não como uma referência direta a práticas comuns, mas como um discurso. Laming Emperaire e André Leroi-Gourhan, sob a influência do estruturalismo de Lévi-Strauss, interpretaram a arte rupestre como uma linguagem pictórica. A abordagem humanista de Laming Emperaire poderia significar um verdadeiro começo criativo para os estudos da arte rupestre brasileira.

O governo militar no país prejudicaria o desenvolvimento dos estudos de arte rupestre pelos estudiosos brasileiros. Desde os anos 70, missões científicas francesas em São Paulo e Mato Grosso, dirigidas por Denis Vialou e Águeda Vilhena Vialou (1992), em Minas Gerais, por André Prous (1992:509-542), no Piauí por Niede Guidon (1989), Anne Marie Pessis (1984;1988) e Gabriela Martin (1989) no Nordeste, estavam prontas para concluir suas pesquisas. A principal realização dos estudos de arte rupestre brasileiros tinha sido indiscutivelmente o estabelecimento de uma extensiva coleção de desenhos. Entretanto, um destacado estudioso da matéria admitiu recentemente que "a interpretação dos desenhos, o campo analítico mais complexo, debatido em profundidade durante os anos 50, está abandonado atualmente" (Prous 1992:511). É lamentável que o vigor interpretativo original de Annette Laming Emperaire não se tenha desenvolvido como nos últimos trinta anos. Uma vez mais, o peso do poder discricionário ainda recai sobre a academia. Apesar disso, a construção de um grande *corpus* de desenhos não deveria ser subestimada, tanto que eles podem seguramente servir a futuras gerações de

estudiosos interessados na sua interpretação para a melhor compreensão do simbolismo pré-histórico.

4. Abordagens não convencionais na Arqueologia Brasileira

Tem havido um recente desenvolvimento de duas matérias não convencionais: Arqueologia histórica e educação e crítica da cultura material.

a. Arqueologia Histórica

A Arqueologia Clássica foi a primeira Arqueologia não convencional a se desenvolver no Brasil, já durante o governo militar. É fácil compreender que, como os assuntos da Arqueologia brasileira estavam sendo controlados pelos detentores do poder, a Arqueologia Clássica estava destinada a atrair os arqueólogos críticos à Europa. Se "viver sem interrogações não é um modo de vida valoroso", de acordo com Sócrates, era então preferível estudar livremente assuntos europeus a conformar-se com assuntos, abordagens e instituições acríticos. Haiganuch Sarian estudou na escola francesa de Atenas no princípio dos anos 60 e depois, retornando ao país, pode acrescentar duas importantes características à Arqueologia brasileira: autores teóricos e um alto nível de saber. Sua erudição foi o maior esforço para manter a erudição humanista de Paulo Duarte desde os anos 70 para cá. Como a matéria era Arqueologia Clássica, o governo estava menos interessado. Entretanto, havia um decidido ataque do *establishment* à Arqueologia Clássica, que era considerada como algo estranho à cultura brasileira. Hoje é difícil entender como um *Lexicon* mitológico (*Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicæ*), por exemplo, editado por Haiganuch Sarian e outros, poderia ser considerado uma ameaça ao Brasil! Como resultado destas circunstâncias, o Brasil tornou-se um dos poucos países fora do eixo América do Norte-Europa Ocidental apto a formar arqueólogos clássicos, não apenas aprendendo, mas também ensinando e lecionando na Europa.

No Brasil, a Arqueologia dos sítios históricos só poderia se desenvolver tardiamente. Isto vem ocorrendo com os trabalhos de campo em quilombos em Minas Gerais, de Carlos Magno Guimarães (Guimarães & Lanna 1980), com os sítios coloniais no Nordeste (Albuquerque, 1981), bem como mais detalhados estudos sobre a cultura material colonial (mas, neste caso, por historiadores da arte como Tirapeli, 1992). Trabalho de campo extensivo e publicações estão, por enquanto, restritos à pesquisa de Arno Álvarez Kern sobre as Missões Jesuítas no sul do país. Elas têm sido estudadas como assentamentos simultaneamente europeus e guaranis (Kern, 1988;1989); Kern foi o primeiro brasileiro a criar um "sítio-escola" para o treinamento de estudantes. No entanto, as atividades de Kern continuam a ser um fato isolado na Arqueologia histórica brasileira. É sintomático que enquanto a fórmula analítica de Stanley South tem sido caracterizada, nos EUA, como "uma espécie de coisificação fora do campo de uma verdadeira pesquisa antropológica e que, de fato, reduz a Arqueologia histórica ao mais seco e impessoal tipo de história econômica" (Beaudry, Cook & Mrozowski 1991:152), uma pesquisadora de campo como Tânia Andrade Lima (*et alii* 1989:84) continuava, no final dos anos 80, a propor este método como um meio de superação do nível descritivo da Arqueologia histórica!

b. Educação e crítica da cultura material

Cultura material tem sido essencial como um meio de reforço da ideologia de identidade nacional no Brasil, seja em termos de educação formal, seja através de museus ou outras mostras de artefatos. No século XX e graças à crescente importância da elite do Estado de São Paulo no país como um todo, esta hegemonia foi estabelecida ideologicamente através da criação, nos anos 20, de uma mitologia específica: o Bandeirante. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1992) estudou, recentemente, como a elite do estado de São Paulo compôs um novo conceito, o do bandeirante, como um tipo de homem da fronteira responsável pela criação do

Brasil no século XVI e por sua continuada manutenção através dos séculos. Os bandeirantes foram considerados como nossos "lares" (divindades tutelares romanas, Pereira de Queiroz 1992:85) e como nossos bravos soldados conquistadores romanos. Esta mitologia, criada em consequência do poder hegemônico obtido pela elite do estado de São Paulo no início do século XX, tem sido, desde então, imposta ao resto do país. Pereira de Queiroz (1992:84;86) enfatiza que a mitologia do bandeirante aponta ao mesmo tempo para a inclusão de todos os habitantes do estado de São Paulo como bandeirantes e para a exclusão de toda a população do resto do país como "beneficiários protegidos" pela ação bandeirante.

A mitologia do bandeirante foi imposta como uma ideologia de massas graças à manipulação da cultura material. Nos termos de uma educação escolar formal, os manuais publicados em São Paulo e usados em todo o país não apenas idealizaram estes heróis mas os apresentaram materialmente através de uma representação fictícia destes homens: suas vestimentas, armas e outras características materiais, imaginadas no século XX, eram, então, apresentadas como símbolos heróicos do século XVI (Davidoff 1982). Desde então, estudantes da escola primária são instados a desenhar estes artefatos e seus heróicos usuários, os bandeirantes. Além disso, o Museu Paulista, criado no final do século XIX para comemorar a Independência do país, foi completamente reformado por Afonso E. Taunay (1924-1950) entre 1917 e 1922, e transformado num Museu do Bandeirante, pretendendo a construção de uma nova identidade mitológica nacional. O Museu Paulista, desde então, não tem funcionado apenas diretamente, através da "romaria" (nas palavras de um seu diretor, Meneses, 1991:5) de crianças e da população comum, mas também através da reprodução do seu acervo de cultura material (estátuas e pinturas) em diferentes meios, de livros a cartões postais.

Grças a simples professores bem como a educadores como Paulo Freire (1971), tem sido possível mudar esta ideologia pela introdução do mundo material das pessoas comuns nas salas de aula (Funari, 1991) e nos textos, e pela proposta de uma análise contra-discursiva da cultura material (museus e monumentos). A crítica de monumentos tem sido realizada não apenas no estado de São Paulo, mas também no resto do país. Arnaldo W. Doberstein (1992), por exemplo, produziu uma monografia sobre estatuária e ideologia, focalizando os monumentos públicos do início do século XX em Porto Alegre e suas pretensões de construção de identidade. No entanto, estratégias contra-discursivas relacionadas à cultura material têm sido feitas por historiadores, cientistas sociais, historiadores da arte, pedagogos, professores comuns e apenas marginalmente por arqueólogos. O que é muito natural, considerando que a Arqueologia brasileira e o *establishment* dos museus é impermeável a mudanças. Entretanto, como mais e mais pessoas debatem estes assuntos e desafiam os preconceitos elitistas dos atuais estudos e mostras de cultura material, os arqueólogos estão prontos a enfrentar o assunto.

5. Tendências teóricas

As tendências teóricas da Arqueologia brasileira dependeram, diretamente, da mudança completa da experiência política dos últimos quarenta anos mais ou menos. A abordagem histórica e humanista inicial, dos anos 50 ao período de 1964, sob a influência européia direta (cf. o caso das outras ciências sociais in Pereira de Queiroz 1989), foi subvertida pelo empiricismo imposto pela abordagem norte americana de Evans e Meggers. Seu determinismo ambiental (cf. 3,b, neste artigo) e ênfase no trabalho de campo empírico, entretanto, não produziria uma geração de deterministas ecológicos. Como o *establishment* arqueológico estava se colocando, no final dos anos 60 e nos anos 70, sob o governo militar e uma sociedade patronal, os arqueólogos brasileiros treinados para transformar-se em empiricistas e deterministas ecológicos não estavam interessados no cumprimento de seu papel como defensores de uma específica abordagem científica. Como não houve controle das suas atividades e poder, não podemos dizer que os arqueólogos brasileiros educados por Meggers, estavam prontos a ser reconhecidos, como um grupo, como respeitados empiricistas e deterministas fora do país e pelos padrões internacionais. Trabalho de campo desarticulado, ausência de *corpora* e pobre classificação foram acompanhados pelo desenvolvimento de modelos ecológicos ultrapassados.

A restauração do governo civil em 1985 estava destinada a introduzir mudanças radicais neste quadro. Outra vez influências européias estavam na raiz de um novo soerguimento do interesse por teorias históricas e sociais aplicadas à Arqueologia e aos estudos de cultura material. Os primeiros dois *papers* sobre teoria arqueológica escritos por brasileiros foram produzidos nos últimos cinco anos (Funari 1989; Kern 1991). Uma nova geração de estudiosos está lendo regularmente autores tais como Binford, Courbin, Deetz, Gardin, Hodder, Shanks, Tilley e Trigger. Ainda que o *establishment* arqueológico continue em sua trilha anti-teórica, jovens estudiosos estão, crescentemente, aventurando-se em interpretações teóricas e em áreas de pesquisa nunca antes exploradas. Um exemplo disto é a dissertação de mestrado de uma jovem arqueóloga, Leila Maria Serafim Pacheco (1992:5), "diretamente sob a influência da teoria arqueológica de língua inglesa produzida nos anos 80", em suas próprias palavras. Títulos em língua inglesa representam 58% de todos os trabalhos citados (36 em 62) e não há dúvidas que as assim chamadas abordagens pós-processuais que dominam as Arqueologias britânica e norte-americana estão se tornando cada vez mais populares no Brasil. Eduardo Góes Neves, um jovem arqueólogo do Museu de Etnologia e Arqueologia (MAE-USP) é um bom exemplo desta tendência teórica entre os especialistas da Pré-História brasileira, embora ainda exista uma preferência por abordagens e autores processuais, como Carl Moberg, James Deetz (principalmente, seus trabalhos de pré-historiador) e Lewis Binford (Neves 1989). Existe, também, um novo foco na leitura de cientistas sociais e historiadores. Arno Álvares Kern e Adriana Schmidt Dias publicaram recentemente um instigante artigo, "Anotações sobre a relação entre Arqueologia e História das sociedades antigas", tratando de quatro importantes matérias teóricas: cultura material como objeto; cultura material e Arqueologia; artefatos e história; Arqueologia e conhecimento de sociedades antigas. Neste *paper*, por exemplo, há um uso eclético de diferentes autores e abordagens, ao juntarem historiadores da Escola dos Annales (como Fernand Braudel e Marc Bloch), historiadores neopositivistas (como Paul Veyne), arqueólogos clássicos e tradicionais (como Renée Ginouves e Mortimer Wheeler) e alguns outros (Jean-Marie Pesez, Alexandr Mongait, Richard Bucaille). Neste caso, não há referências à Arqueologia pós-processual e embora o objetivo explícito do artigo seja enfatizar a necessária ligação entre Arqueologia e história, os autores concluem que a "Nova Arqueologia" (Arqueologia processual), a despeito de não especificados ataques ou obstáculos, representa um arejamento.

Outra tendência teórica interessante no Brasil é o estudo da epistemologia do raciocínio arqueológico. Haganuch Sarian (1989) vem chamando a atenção para a interpretação arqueológica da cerâmica em termos tanto da análise prática quanto da metodológica. Deste modo, embora ainda exista, como foi mencionado anteriormente, uma prevalecente abordagem descritiva dos artefatos na Arqueologia brasileira, os estudos da cerâmica estão crescentemente influenciados por estudiosos teóricos. Norberto Luiz Guarinello (1989) representa, por seu lado, uma nova geração de estudiosos que, sob a influência de teóricos como Michael Rowlands e Andrea Carandini, entre outros, está debatendo tais questões, como a relação entre documentos escritos e cultura material e como a Arqueologia pode ser usada para estudar assuntos gerais como imperialismo e exploração. É importante acentuar, aqui, conferências destes jovens arqueólogos em algumas das mais influentes instituições acadêmicas cuja repercussão contribui para produzir uma nova geração de estudiosos preocupados com a teoria. As universidades de São Paulo (H. Sarian; N.L. Guarinello), Campinas (P.P.A. Funari) e Rio Grande do Sul (A.A. Kern) estão muito ativas na tarefa de promover o estudo de teoria e métodos arqueológicos e, como resultado, conferências acadêmicas, bastante raras há muito tempo, são cada vez mais populares, e a divulgação de comunicações estende-se não só a grandes cidades, como Rio de Janeiro, mas também a pequenos municípios como Taquara (Estado do Rio Grande do Sul) ou Assis (Estado de São Paulo).

6. Conclusão

A Arqueologia vem se desenvolvendo no Brasil há muito tempo e sua história, aqui, dependeu muito das transformações da sociedade brasileira como um todo. O recente governo militar produziu um *establishment* arqueológico impermeável a mudanças e incapaz de se afirmar fora do país e face às outras Ciências Humanas no Brasil. Entretanto, recentes desenvolvimentos estão mudando este quadro e as enormes áreas abertas aos pesquisadores interessados numa redefinição da Arqueologia brasileira e dos estudos de cultura material oferecem oportunidades únicas para estudiosos ousados. Particularmente auspicioso é o fato de que uma nova geração de estudantes e especialistas está propensa a mudar: a leitura de trabalhos teóricos e interpretativos está forçando uma abordagem pluralista da Arqueologia. Felizmente, estes estudiosos não podem ser dispensados como grupos marginais uma vez que eles se constituem nos únicos arqueólogos habilitados a fazer face seja a seus colegas arqueólogos estrangeiros, seja a seus colegas das Ciências Humanas e Sociais no Brasil. Além disso, a Arqueologia está sendo praticada de forma erudita em diferentes instituições e há um crescente interesse numa abordagem crítica da cultura material. Os arqueólogos estão sendo chamados para trabalhar com grupos de direitos humanos em escavações dos restos mortais de pessoas "desaparecidas". Estão sendo necessários, também, na terrível tarefa de desmascaramento dos mitos criados ou mantidos através de exposições materiais. Têm sido particularmente ativos agora, quando existe um crescimento da retórica racista e discriminatória por parte de grupos extremistas. Quando existem ataques terroristas anti-semitas, existe também uma necessidade de atos de desagravo para a denúncia dos monumentos fascistas, como foi o caso, recentemente, em São Paulo. Quando há ataques contra os migrantes nordestinos no Sul, quando suas casas e monumentos são atacados, arqueólogos são responsáveis por uma análise crítica da cultura material (monumentos, museus) que leva pessoas a agir desta maneira. Nestes casos, justamente os *media* voltam-se para os arqueólogos, pedindo explicações e perguntando também por meios de se lutar contra a manipulação pelos discursos materiais. É neste contexto que a Arqueologia tem um importante papel a cumprir.

É verdade que o *establishment* arqueológico continua evidentemente fechado à interferência externa, sendo ainda uma força dominante. A maior parte dos postos burocráticos estão ocupados por pessoas não apenas de perfil conservador, mas também de mente estreita e intelectualmente irrelevantes. Estas características das pessoas no poder arqueológico são suas melhores e piores armas na sua luta por permanecer no controle. Como o exemplo de outros países e de outras disciplinas, no Brasil, demonstra, estas são, entretanto, vantagens bastante frágeis. Como o tempo passa, a faixa etária desta geração no poder desde os anos 60 revela que mais cedo ou mais tarde os bem pensantes estudantes de hoje serão, um dia, bem sucedidos em inserir a Arqueologia brasileira nas ciências sociais e humanas brasileiras e no contexto arqueológico internacional.

Agradecimentos

Eu sou devedor dos seguintes amigos e colegas que me anteciparam *papers* (alguns dos quais inéditos), trocaram idéias e me ajudaram de diferentes maneiras: Maria da Conceição Beltrão, José Proença Brochado, Adriana Schmidt Dias, Arnaldo W. Doberstein, Norberto Luiz Guarinello, Carlos Magno Guimarães, Arno Alvarez Kern, Gabriela Martin, Silvana Muniz, Walter Alves Neves, Leila Pacheco, Maria Guadalupe Pedrero, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Gustavo Politis, André Prous, Demian Moreira Reis, João José Reis, Anna Curtenius Roosevelt, André Luís R. Soares, Peter Ucko, Denis Vialou, Águeda Vilhena Vialou, e Paulo Eduardo Zanettini. Pelas minhas próprias idéias apresentadas aqui, apenas eu sou responsável.

Pedro Paulo A. Funari, Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Referências bibliográficas

- ALCINA FRANCH, J. 1983 *Bibliografía básica de Arqueologia Americana*. Madrid, Editorial Cultura Hispánica.
- AMOROSO, M.R. 1992 *Corsários no caminho fluvial: os Mura do Rio Madeira*, in M. Carneiro da Cunha (ed), *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Cia das Letras, 297-310.
- ANCHIETA, J. 1988 *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594)*. Belo Horizonte, Itatiaia.
- ARANTES, A.A. 1984 *Produzindo o Passado. Estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo, Brasiliense.
- BARATA, F. 1944 *Os maravilhosos cachimbos de Santarém*, *Estudos Brasileiros*, 7,13,37-39.
- BARATA, F. 1950 *A arte oleira dos Tapajó*. Belém, Instituto de Anropologia e Etnologia do Pará.
- BARATA, F. 1952 *As artes plásticas no Brasil: Arqueologia*. Rio de Janeiro, Larragoiti.
- BARBOSA RODRIGUES, J. 1876 *Antigüidades do Amazonas, Ensaio de ciência por diversos amadores*, Rio de Janeiro, Brown, 91-125.
- BARBOSA RODRIGUES, J. 1892 *Antigüidades do Amazonas, Vellozia*, 2, 1-40.
- BEAUDRY, M.C.; COOK, L.J. & MROZOWSKI, S. 1991 *Artefacts and active voices: material culture as social discourse*, in R. Paynter & R.G. McGuire (eds), *The archaeology of inequality*, Oxford, Blackwell, 150-191.
- BELTRÃO, M.C. 1987 *The Toca da Esperança*, *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, 59,3,276.
- BELTRÃO, M.C. 1988 *Datação absoluta mais antiga para a presença humana na América*. Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- BELTRÃO, M.C. in print *SOS Bahia* (to be published in ICOMOS - UNESCO).
- BLACK, F.; PANDEY, J.P. & SANTOS, S.E.B. 1991 *Evidências baseadas em HLA e IgG sobre as relações entre e itiner continentais das populações nativas da Amzônica*, in W.A. Neves (ed), *Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia*, Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, 55-83.
- BROCHADO, J.P. 1980 *The social ecology of the Marajoara Culture*. Urbana, University of Illinois, Master's dissertation.
- BROCHADO, J.P. & LATHRAP, D.W. 1982 *Chronologies in the New World Amazonia*. Urbana, University of Illinois, unpublished typescript.
- CARDIM, F. 1925 *Tratado da terra e gente do Brasil*. Rio de Janeiro (1583).
- CARNEIRO DA CUNHA, M. 1992 *Introdução a uma história indígena*, in M. Carneiro da Cunha (ed), *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Cia das Letras, 9-24.
- CARVAJAL, G. 1942 *Relación Del Nuevo Descubrimiento Del Famoso Río Grande*. Quito, Biblioteca Amazonas (1542).
- CARVALHO, E.T. 1984 *Escavações arqueológicas no sítio Corondo - missão de 1978*. Unpublished dissertation, São Paulo State University.
- CARVALHO, S.M.S. 1992 *Chaco: encruzilhada de povos e "melting pot" cultural, suas relações com a bacia do Paraná e o sul mato-grossense*, in M. Carneiro da Cunha (ed), *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Cia das Letras, 457-474.
- COSTA, A. 1935 *Civilizaciones pré-colombianas brasilenas*. Buenos Aires.
- COSTA, A. 1936 *Arqueologia Geral*. São Paulo, Cia Nacional.
- COSTA, A. 1984 *Introdução à Arqueologia Brasileira*. São Paulo, Cia Nacional.
- COSTA, F.H.J.C.A. 1983 *Projeto Baixo Tocantins: salvamento arqueológico na Região do Tucuui*. Unpublished dissertation, São Paulo State University.
- D'ÉVREUX, Y. 1985 *Voyage du Nord au Nord du Brésil: fait en 1613 et 1614*. Paris, Payot.
- DANTAS, B.G.; Sampaio, J.A.L. & Carvalho, M.R.G. de 1992 *Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico*, in M. Carneiro da Cunha (ed), *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Cia das Letras, 431-456.
- DAVIDOFF, C.H. 1982 *Bandeirismo: verso e reverso*. São Paulo, Brasiliense.
- DE BLASIS, P.A.D. & Piedade, S.C.M. 1991 *As pesquisas do Instituto de Pré-História e seu acervo: balanço preliminar e bibliografia comentada*, *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo*, 1, 165-187.
- DILEHAY, T.D.; Calderón, G.A.; Politis, G. & Beltrão, M.C. 1992 *Earliest hunters and gatherers of South America*, *Journal of World Prehistory*, 6,2,145-203.
- DOBERSTEIN, A.W. 1992 *Estatuária e ideologia*. Porto Alegre, Secretaria Municipal de Cultura.
- DUARTE, P. 1952 *Sambaquis do Brasil, Anhembi*, 6, 17, 205-211.
- DUARTE, P. 1955 *Comentários à sessão de estudos de sambaquis*, in H. Baldus (ed), *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*, 2, 613-618.
- DUARTE, P. 1958 *Defesa do Patrimônio arqueológico do Brasil, Anhembi*, 30, 543-551.
- DUARTE, P. 1968 *O sambaqui visto através de alguns sambaquis*. São Paulo, IPH-USP.
- DUARTE, P. 1969 *Estudos de Pré-História Geral e Brasileira*. São Paulo, IPH-USP.

- ERIKSON, Ph. 1992 Uma singular pluralidade: a etno-história pano, in M. Carneiro da Cunha (ed), *História dos índios no Brasil*, São Paulo, Cia das Letras, 239-252.
- FARAGE, N. & Santilli, P. 1992 Estado de sítio: territórios e identidades no vale do Rio Branco, in M. Carneiro da Cunha (ed), *História dos índios no Brasil*, São Paulo, Cia das Letras, 267-280.
- FAUSTO, C. 1992 Fragmentos da história e cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico, in M. Carneiro da Cunha (ed), *História dos índios no Brasil*, São Paulo, Cia das Letras, 381-396.
- FERREIRA PENNA, D.S. 1876 Breve notícia sobre os sambaquis do Pará, *Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, 1, 85-99.
- FINK, C. 1991 *Marc Bloch: a life in history*. Cambridge, CANTO.
- FLEISCHMANN, U. & ASSUNÇÃO, M.R. 1991 Os Tupinambá: realidade e ficção nos relatos quinhentistas, *Revista Brasileira de História*, 10,21, 125-145 (originally in P. Waldmann & G. Elwert (eds), *Ethnizität im Wandel*, Saarbrücken, Fort Lauderdale, Breitenbach Verlag, 1989).
- FRANCHETTO, B. 1992 "O aparecimento dos caraíba": para uma história kuikuro e alto xinguana, in M. Carneiro da Cunha (ed), *História dos índios no Brasil*, São Paulo, Cia das Letras, 339-356.
- FREIRE, P. 1971 *Paedagogik der Unterdrueckten*. Stuttgart, Suhrkamp.
- FUNARI, P.P.A. 1988 *Arqueologia*. São Paulo, Ôtica.
- FUNARI, P.P.A. 1989 Reflexões sobre a mais recente teoria arqueológica, *Revista de Pré-História*, 7,203-209.
- FUNARI, P.P.A. 1991 Education through archaeology in Brazil: a bumpy but exciting road, *Ciência e Cultura, Journal of the Brazilian Association for the advancement of science*, 43, 15-16.
- GOELDI, E. 1897-98 Estado atual dos conhecimentos sobre os índios do Brasil, *Boletim do Museu Paraense*, 2, 1-4.
- GOELDI, E. 1900 *Excavações arqueológicas em 1895 executadas pelo Museu Paraense no Litoral da Guiana entre o Oiapoque e o Amazonas*. Paris.
- GOELDI, E. 1905 *Escavações arqueológicas em 1895*, *Memórias do Museu Goeldi*.
- GUARINELLO, N.L. 1989 Resenha crítica, *Revista de Pré-História*, 7, 212-214.
- GUIDON, N. 1989 Tradições rupestres da área arqueológica de São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil, *Clio*, 5,5-10.
- GUIDON, N. 1992 As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônica), in M. Carneiro da Cunha (ed), *História dos índios no Brasil*, São Paulo, Cia das letras, 37-52.
- HARTT, C.F. 1871 The ancient Indian pottery of Marajó, *American Naturalist*, 5, Salem.
- HARTT, C.F. 1872 On the occurrence of face urns in Brazil, *American Naturlist*, 6, Salem.
- HARTT, C.F. 1874 Preliminary report of the Morgan expedition 1870-71, Report of the reconnaissance of the lower Tapajós, *Bulletin of Cornell University*, 1.
- HARTT, C.F. 1876 Nota sobre algumas tangas de barro cozido dos antigos indígenas da Ilha de Marajó, *Aquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, 1.
- HARTT, C.F. 1885 Contribuição para a Etnologia do Vale do Amazonas, *Aquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, 6.
- IANNI, O. 1978 O estado e a organização da cultura, *Encontros da Civilização Brasileira*, 1, 216-241.
- IHERING, H. von 1895 A civilização pré-histórica do Brasil meridional, *Revista do Museu Paulista*, 1.
- IHERING, H. von 1902 Natterer e Langsdorff, *Revista do Museu Paulista*, 5.
- IHERING, H. von 1904 A Arqueologia comparativa do Brasil, *Revista do Museu Paulista*, 6.
- IHERING, H. von 1907 A Antropologia do Estado de São Paulo, *Revista do Museu Paulista*, 7.
- IHERING, H. von 1911 Fósseis de São José do Rio Preto, *Revista do Museu Paulista*, 8.
- KERN, A.A. 1982 *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- KERN, A.A. 1988 Arqueologia Histórica missioneira, *Anais (Simpósio Nacional de Estudos Missionários)*, 7, 184-194.
- KERN, A.A. 1989 Escavações arqueológicas na missão Jesuítico-Guarani de São Lourenço, *Estudos Ibero-Americanos*, 15,1,111-133.
- KERN, A.A. & Dias, A.S. 1990 A propósito das relações entre Arqueologia e História no estudo das sociedades antigas, *Anais do IV Simpósio de História Antiga e I Ciclo Internacional de História Antiga Oriental*, Porto Alegre, UFRGS, 119-129.
- KERN, A.A. 1991 *Abordagens teóricas em Arqueologia*. Porto Alegre, unpublished typescript.
- KRONE, R. 1902 Contribuições para a Etnografia Paulista, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 7.
- KRONE, R. 1909 Estudo sobre as cavernas do vale do Ribeira, *Arquivo do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, 15.
- KRONE, R. 1910 O ídolo antropomorfo de Iguape, sua relação com os sambaquis e a pré-história brasileira. Iguape.
- KRONE, R. 1914 *Informações etnográficas do vale do Rio Ribeira do Iguape*. São Paulo.
- KRONE, R. 1918 Notas de Pré-História Paulista, *Revista do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, 10.

- LAMING-EMPERAIRE, A. & Emperaire, J. 1968 Descobertas de pinturas rupestres nos planaltos paranaenses, *Revista do Centro de Ensino e Pesquisa Arqueológica, Curitiba*, 1, 81-93.
- LAMING-EMPERAIRE, A. 1962 *La signification de l'Art rupestre paléolithique*. Paris, Presses Universitaires de France.
- LAMING-EMPERAIRE, A. 1975 Problemas de pré-história brasileira, *Annales: Économies, sociétés, civilisations*, 5, 1229-60.
- LATHRAP, D. 1968 The "hunting" economics of the tropical forest zone of South America: an attempt at historical perspective, in R.B. Lee & I. Devore (eds), *Man the Hunter*, Chicago, Aldine, 23-29.
- LATHRAP, D. 1970 *The Upper Amazon*. New York, Praeger.
- LEE, R.B. 1992 Art, science or politics? the crisis of hunter-gatherer studies, *American Anthropologist*, 94,1,31-54.
- LÉRY, J. de 1942 *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo, Biblioteca Histórica Brasileira.
- LOEFGREN, A. 1893 Contribuições para a arqueologia paulista: os sambaquis, *Boletim da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo*, 9.
- LOEFGREN, A. 1903 Os sambaquis, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 7.
- LOPES DA SILVA, A. 1992 Dois séculos e meio de história xavante, in M. Carneiro da Cunha (ed), *História dos índios no Brasil*, São Paulo, Cia das Letras, 357-380.
- LOSANO, M.G. 1992 Hermann vo Ihering, um precursor da ecologia no Brasil, *Revista USP*, 13, 88-99.
- MARGOLIS, M. 1992 A 5,000 bullet barrage, a brawl in a Brazilian jail ends in a massacre, *Newsweek*, 19,56.
- MARTIN, G. 1989 A subtração Seridó de pintura rupestre pré-histórica do Brasil, *Clio*,5,19-26.
- MATTOS, A. n.d. O sábio Dr. Lund e Estudos sobre a Pré-História Brasileira. Belo Horizonte, Apollo.
- MATTOS, A. 1938 *Pre-História Brasileira*. São Paulo, Cia Ed. Nacional (Brasiliana n.137).
- MEGGERS, B. 1954 Environmental limitations on the development of culture, *American Anthropologist*, 56, 801-24.
- MEGGERS, B.J. 1947 The Beal-steers collection of pottery from Marajó Island, Brazil, *Papers of the Michigan Academy of Science, Arts and Letters*, 31,3, 193-213.
- MEGGERS, B.J. 1971 *Amazonia: man and culture in a counterfeit paradise*. Chicago, Aldine.
- MENDONÇA DE SOUZA, A. 1991 *História da Arqueologia Brasileira*. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, Antropologia no. 46.
- MENÉNDEZ, M.A. 1992 A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas, in M. Carneiro da Cunha (ed), *História dos índios no Brasil*, São Paulo, Cia das Letras, 281-296.
- MENESES, U.T.B. 1991 Os margens do Ipiranga: Museu e teatro da História, *D.O.Leitura*, 8,107,5.
- MENESES, U.T.B. 1992 A construção original do território americano, *Revista USP*, 12, 8-15.
- MONTEIRO, J.M. 1992 Os Guarani e a história do Brasil Meridional: séculos XVI-XVII, in M. Carneiro da Cunha (ed), *História dos índios no Brasil*, São Paulo, Cia das Letras, 475-500.
- NETO, L. 1876 Apontamentos sobre os Tembetás, *Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, 1.
- NETO, L. 1885 Investigações sobre a arqueologia brasileira, *Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, 6.
- NETO, L. 1885 Lettre à Mr. Ernest Renan à propos de l'inscription phénicienne apocryphe. Rio de Janeiro.
- NEVES, E.G. 1989 Resenhas, *Revista de Pré-História*,7, 210-212;214-216.
- NEVES, W.A. 1988 Arqueologia brasileira: algumas considerações, *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 4,2,200-205.
- PACHECO, L.M.S. 1992 *Informação e contexto: uma análise arqueológica*. Rio de Janeiro, unpublished M.A. dissertation, Federal University at Rio de Janeiro.
- PARÁISO, M.H.B. 1992 Os botocudos e sua trajetória, in M. Carneiro da Cunha (ed), *História dos índios no Brasil*, São Paulo, Cia das Letras, 413-430.
- PEREIRA DE QUEIROZ, M.I. 1989 Desenvolvimento das Ciências Sociais na América Latina e a contribuição européia: o caso brasileiro, *Ciência e Cultura*, 41,4,378-388.
- PEREIRA DE QUEIROZ, M.I. 1992 Ufanismo paulista: vicissitude de um imaginário, *Revista USP*, 13, 78-87.
- PERRONE-MOISÉS, B. 1992 Índios livre e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII), in M. Carneiro da Cunha (ed), *História dos índios no Brasil*, São Paulo, Cia das Letras, 115-132.
- PESSIS, A.-M. 1984 Método de interpretação da arte rupestre pré-histórica: análises preliminares da ação, *Revista de Arqueologia*,2,1,47-58.
- Lima, T.A. et alii 1989 Aplicação da fórmula South a sítios históricos do século XIX, *Dédalo*,27,83-97.
- PESSIS, A.-M. 1989 Apresentação gráfica e apresentação social na tradição nordeste da pintura rupestre no Brasil, *Clio*, 5,11-17.

- PORRO, A. 1992 História indígena do alto e médio Amazonas: séculos XVI a XVIII, in M. Carneiro da Cunha (ed), História dos índios no Brasil, São Paulo, Cia das Letras, 175-196.
- PROUS, A. 1987 O Brasil antigo visto pela Arqueologia, Revista do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, 4,100-115.
- PROUS, A. 1992 Arqueologia Brasileira. Brasília, Editora da UnB.
- PROUS, A. unpublished L'archéologie brésilienne aujourd'hui: problemes et tendances. Unpublished typescript, February the 11th, 1993.
- RATH, C.F. 1871 Notícia etnológica sobre um povo que já habitou as costas do Brasil bem como o interior, antes do dilúvio universal, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 34.
- RIBEIRO, P.A.M. 1978 A arte rupestre no sul do Brasil, CEPA,7,1-27.
- ROHR, J.A. 1969 Petrógrafos da ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes, Pesquisas, São Leopoldo, 19,1-30.
- ROOSEVELT, A.C. 1989 Lost civilizations on the lower Amazon in Natural History. New York.
- ROOSEVELT, A.C. 1991 Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia, in W.A. Neves (ed), Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia, Belém, Museu Emílio Goeldi, 103-141.
- ROOSEVELT, A.C. 1992 Arqueologia Amazônica, in M. Carneiro da Cunha (ed), História dos índios no Brasil, São Paulo, Cia das Letras, 53-86.
- ROUSE, I. 1953 The circum-Caribbean theory, an archaeological test, American Antiquity, 55,2,188-200.
- SAMPAIO, T. 1916 Dois artefatos indígenas do Museu Arqueológico do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 42.
- SAMPAIO, T. 1918 Inscrições lapidárias indígenas no vale do Paraguaçu, Anais do Quinto Congresso Brasileiro de Geografia, vol.II, Bahia.
- SAMPAIO, T. 1922 Arqueologia Brasileira, Dicionário Histórico, Geográfico e Etnológico do Brasil, Rio de Janeiro.
- SANDERS, W.T. & Marino, J. 1971 Pré-História do Novo Mundo. Rio de Janeiro, Zahar.
- SARIAN, H. 1989 Resenha, Revista de Pré-História, 7, 216-219.
- SERRANO, A. 1937 Arqueologia Brasileira: subsídios para a arqueologia do Brasil meridional, Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, 36.
- SERRANO, A. 1938 La ceramica de Santarem, Revista Geográfica Americana, Buenos Aires, 9.
- SERRANO, A. 1940 Los sambaquis y otros ensayos de arqueologia brasilena, Anais do Terceiro Congresso Rio-Grandense de História e Geografia, Porto Alegre.
- SERRANO, A. 1946 The sambaquis of the Brazilian coast, Handbook of South American Indians, Washington, 3.
- SOARES, G. 1944 Tratado descritivo do Brasil em 1587. São Paulo, Biblioteca Histórica Brasileira.
- STADEN, H. 1930 Viagem ao Brasil. Rio de Janeiro, Associação Brasileira do Livro, 1930.
- TAUNAY, A.E. 1924-1950 História Geral das Bandeiras Paulistas. São Paulo, 11 vols.
- TAYLOR, A.C. 1992 História pre-colombiana da alta Amazônia, in M. Carneiro da Cunha (ed), História dos índios no Brasil, São Paulo, Cia das Letras, 213-238.
- THEVET, A. 1944 Singularidades da França Antártica, a que outros chamam América. São Paulo, Cia Nacional (1575).
- TIRAPOLI, P. 1992 Le baroque religieux à l'apogée de la période minière, Les dossiers d'Archéologie, 169, mars 1992, 40-44.
- VIALOU, D. & Vilhena Vialou, A. 1992 Arts préhistoriques au Brésil, Les Dossiers d'Archéologie, 169, mars 1992, 8-11.
- WIENER, C. 1876 Estudo sobre os sambaquis do sul do Brasil, Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, 1.
- WRIGHT, R.M. 1992 História indígena do noroeste da Amazônia: hipóteses e perspectivas, in M. Carneiro da Cunha (ed), História dos índios no Brasil, São Paulo, Cia das Letras, 253-266.